

LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES S/A - LAFEPE
CNPJ N. 10.877.926/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2016: Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às demonstrações financeiras, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016. Ficamos disponíveis para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. **LAFEPE NO CENÁRIO NACIONAL:** Ao longo 2016, significativas conquistas foram registradas pelo Lafepe. Em junho, o laboratório pernambucano voltou a produzir, sem restrições, o Benznidazol, medicamento usado no tratamento do Mal de Chagas. Esse novo cenário foi possível a partir da Certificação de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), concedida, também em junho, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para a fábrica de comprimidos do Lafepe. A obtenção da CBPF gerou uma série de visitas de laboratórios públicos e privados do país, bem como de instituições internacionais de saúde. A gestão foi marcada, ainda, pelo destaque do laboratório na condução das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs). O Lafepe caminha para ser pioneiro na conclusão, em meados de 2017, de todas as etapas do processo de uma PDP. A produção dos antipsicóticos Clozapina, Quetiapina e Olanzapina está sendo internalizada pelo Lafepe. A boa condução das PDPs chamou a atenção de laboratórios privados que manifestaram o interesse em realizar parcerias. Também vale registrar a aquisição de equipamentos de ponta, como a encartuchadeira automática, que permitiu ao Lafepe uma maior automação dos processos de suas linhas de medicamentos. Estes e outros registros deram ao Lafepe as condições necessárias para que sua capacidade produtiva seja não apenas recuperada, como também aumentada. **AGRADECIMENTOS:** Agradecemos aos nossos colaboradores, ao nosso Conselho Administrativo, aos senhores acionistas, clientes, fornecedores, ao Ministério da Saúde e ao esforço do Governo do Estado de Pernambuco, junto com a Secretaria de Saúde do Estado. **DIRETORIA:** Diretor-Presidente: Roberto Fontelles ; Diretor Comercial: Djalma Dantas; Diretora Administrativa- Financeira: Marielza Teixeira; Diretora Técnica: Bety Córdula; Diretor de Relacionamento Institucional: Domingos Sávio.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS				
(Em reais)				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)				FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015				
ATIVO	Nota	2016	2015	2016				2015				
CIRCULANTE			(Reclassificado)	(Reclassificado)				(Reclassificado)				
Fluxos de caixa das atividades operacionais												
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.189.470	35.625.147	Lucro/Prejuízo do exercício		(23.992.542)		7.065.366				
Contas a receber de clientes	5	109.764.908	185.451.401	Ajustes por:								
Estoques	6	30.239.535	19.249.675	Depreciação/amortização		2.535.796		2.339.372				
Outros créditos	7	9.294.252	16.089.469	Resultado na venda de imobilizado		77.926						
Impostos a recuperar	8	11.299.818	1.130.133	Lucro Ajustado		(21.378.820)		9.404.738				
Total do ativo circulante		177.789.342	257.545.825	Variação das contas de:								
				Clientes		75.686.493		67.193.209				
				Estoques		(10.989.860)		7.351.790				
				Impostos a Recuperar		(10.169.685)		(1.798.134)				
				Outros Créditos		6.795.216		(6.186.981)				
				Fornecedores		(38.554.233)		70.866.422				
				Outras Contas a Pagar		(1.413.467)		7.951.618				
				Obrigações Sociais e tributárias		(1.240.937)		1.150.132				
				Provisão para férias e encargos		705.409		874.061				
				Adiantamento de clientes		125.456		(149.170.688)				
				Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(434.429)		7.636.168				
				Fluxos de caixa das atividades de investimento								
				Aquisição de Imobilizado		(9.487.990)		(4.328.886)				
				Variação do intangível		68		62				
				Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		(9.487.922)		(4.328.824)				
				Fluxos de caixa das atividades de financiamento								
				Variação de depósitos judiciais		(1.154.553)		(1.563.157)				
				Variação de obrigações sociais e tributárias		(1.046.522)		(1.223.012)				
				Variação de subvenção para investimentos				756.084				
				Variação de processos cíveis e trabalhistas		619.023		(9.678.796)				
				Pagamento de dividendos		(6.931.273)						
				Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(8.513.325)		(11.708.881)				
				Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa		(18.435.676)		(8.401.535)				
				Caixa e equivalente de caixa no início do período		35.625.147		44.026.682				
				Caixa e equivalente de caixa no final do período		17.189.470		35.625.147				
				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)								
				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)								
								2016	2015			
				1.	Receitas	279.855.159	442.160.777					
				1.1	Vendas de mercadorias	293.167.124	455.720.667					
				1.2	Outras receitas	191.465	30.437					
				1.3	Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa- reversão / constituição	(1.643.783)	(639.494)					
				1.4	Devoluções e descontos concedidos	(11.859.647)	(12.950.833)					
				2.	Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores impostos - ICMS, IPI, PIS, COFINS)	(261.467.076)	(392.490.421)					
				2.1	Custo dos produtos vendidos	(235.628.882)	(379.591.696)					
				2.2	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(25.838.194)	(12.898.725)					
				3.	Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	18.388.082	49.670.356					
				4.	Depreciação, amortização e exaustão	(2.535.796)	(2.339.372)					
				5.	Valor Adic. Liq. Produ. pela Entidade (3 - 4)	15.852.287	47.330.984					
				6.	Valor Adicionado recebido em transferência	2.683.290	7.779.616					
				6.1	Receitas financeiras	2.683.290	7.779.616					
				7.	Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	18.535.576	55.110.600					
				8.	Distribuição do Valor Adicionado	18.535.576	55.110.600					
				8.1	Pessoal	29.250.932	23.869.225					
				8.1.1	Remuneração direta	22.402.788	19.210.545					
				8.1.2	Benefícios	5.214.452	3.181.238					
				8.1.3	FGTS	1.633.692	1.477.442					
				8.2	Impostos, taxas e contribuições	13.277.186	21.815.399					
				8.2.1	Federais	8.645.711	16.248.932					
				8.2.2	Estaduais	4.611.358	5.550.280					
				8.2.3	Municipais	20.117	16.187					
				8.3	Remuneração de capitais de terceiros		2.360.609					
				8.3.1	Juros		1.506.433					
				8.3.2	Aluguéis		854.176					
				8.4	Remuneração de capitais próprios	(23.992.542)	7.065.367					
				8.4.1	Dividendos		634.112					
				8.4.2	Lucros retidos		6.431.255					
				8.4.3	Prejuízo retido	(23.992.542)						
				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
				EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em reais)								
				Reservas de Capital				Reserva de Lucros				
				Reserva de Capital				Lucros				
				Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de reavaliação	Reserva Legal	Reserva de Subvenção	Reserva de Contingência	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014				56.936.155	15.384.444	2.659.327	5.656.413	2.971.065	3.583.551	41.251.337		128.442.290
Aumento de capital				31.053.087						(31.053.087)		
Constituição de Reserva de Contingência									9.661.500	(9.661.500)		
Realização de reserva de contingência									(13.245.051)	13.245.051		
Realização de reserva de reavaliação						(80.107)				80.107		
Tributação incid. s/ Reserva de Reavaliação						19.226					19.226	
Ajustes de exercícios anteriores									(9.365.533)		(9.365.533)	
Provisão SIDE 2014									(536.750)		(536.750)	
Lucro líquido do exercício										7.065.366	7.065.366	
Destinação do Resultado												
Reserva Legal							353.268			(353.268)		
Dividendos										(634.112)		
Ajust de Subv.Benefício Red. 75% IRPJ								(2.971.063)			(2.971.063)	
Retenção de Subs. Benef. Exerc. Anteriores								1.115.834			1.115.834	
Retenção de Subvenções Beneficiadas												
Redução 75% IRPJ 2015								23.085			23.085	
Lucro a disposição da Assembleia									6.077.986	(6.077.986)		
Saldos em 31 de dezembro de 2015				87.989.242	15.384.444	2.598.446	6.009.681	1.138.921	10.037.611			123.158.344
Prejuízo do exercício										(23.992.542)	(23.992.542)	
Ajustes de exercícios anteriores										537.926	537.926	
Absorção de prejuízo					(6.268.403)		(6.009.681)	(1.138.921)	(10.037.611)	23.454.616		
Saldos em 31 de dezembro de 2016				87.989.242	9.116.041	2.598.446						99.703.728

continua

...continuação - LAFEPE

renda com base no Lucro Real. Assim, o resultado do exercício, após os ajustes para fins fiscais, é tributado em 15%, mais 10% ao que ultrapassar R\$ 240.000,00, a título de imposto de renda (IRPJ) e tributado em 9%, a título de contribuição social (CSLL). A tributação sobre a receita compreende a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 1,65% e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) à alíquota de 7,6%.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$	
	2016	2015
Caixa	34.034	66.686
Depósitos bancários	1.378.867	1.786.733
Títulos vinculados ao mercado aberto	15.776.569	33.771.728
	17.189.470	35.625.147

5. CONTAS A RECEBER

	2016	2015
Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco	6.538.198	6.538.198
Secretaria Estadual de Saúde de PE	10.310.910	10.086.993
Convênios Ministério da Saúde	168.616.300	468.035.206
Outras	4.236.611	4.556.848
Venda para entrega futura (a)	(2.585.095)	(2.586.999)
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(16.892.974)	(15.249.191)
Adiantamento de clientes (b)	(60.459.042)	(285.929.654)
	109.764.908	185.451.401

a) Refere-se ao faturamento para futuro fornecimento por parte do LAFEPE ao Ministério da Saúde e ao Fundo Estadual de Saúde de Pernambuco, registrados em contas a receber da Companhia, cuja produção ainda não foi iniciada ou está em processo de elaboração, e cujo recebimento do recurso ainda não foi concretizado até 31 de dezembro de 2016. b) Conta representativa de duas situações: valores recebidos antecipadamente sem a entrega correspondente do produto, caracterizando de fato um adiantamento e que estão apresentados no passivo circulante; e valores recebidos antecipadamente cuja entrega do produto já foi efetuada ocorrendo o devido faturamento, porém a baixa do adiantamento contra as contas a receber não foi realizada pela dificuldade encontrada no setor financeiro de correlacionar o montante dos pagamentos com as devidas notas fiscais emitidas, pelo fato de o cliente, até a data do levantamento das demonstrações contábeis, não ter identificado as faturas que deveriam ser baixadas com os valores pagos. Por essa razão, deduziu-se evidenciando esta conta como redutora de clientes.

6. ESTOQUES

	R\$	
	2016	2015
Produtos acabados	4.429.467	8.743.321
Produtos em elaboração	6.955.544	189.546
Matérias-primas e embalagens	10.365.720	2.369.244
Materiais de consumo	389.880	1.079.395
Insumos em poder de terceiros	1.066.443	1.066.394
Produtos prontos terceirizados	6.134.678	3.783.887
Mercadorias para revenda	897.803	2.017.888
	30.239.535	19.249.675

7. OUTROS CRÉDITOS: Refere-se a valores adiantados e que serão compensados no curto prazo. Este grupo está composto pelas seguintes contas:

	R\$	
	2016	2015
Créditos com funcionários	825.865	71.704
Créditos com fornecedores	526.841	1.904.036
Adiantamentos diversos	33.591	13.113
Créditos tributários exercícios anteriores	6.405.984	2.179.796
Créditos tributários exercício atual	10.497.557	
Crédito tributário de atividade incentivada		23.085
Créditos com terceiros	(b) 340.342	340.340
Outros créditos	1.161.629	1.059.838
	9.294.252	16.089.469

a) Corresponde a tributos federais que não excederam o prazo prescricional, apresentando, portanto, condições de recuperabilidade. b) Valores referentes a pagamento de obrigações da terceirizada Sempre Serv, os quais deverão ser compensados com as notas fiscais da referida empresa, reconhecidas no passivo, por conta do encerramento do contrato.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	R\$	
	2016	2015
IRPJ SUSP.RED.ESTIMATIVA- 2362	5.731.603	
CSLL.SUSP.RED/ESTIMATIVA- 2484	3.264.246	
Crédito ICMS imobilizado	1.183.873	906.433
Outros	1.120.096	223.700
TOTAL	11.299.818	1.130.133

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	R\$	
	2016	2015
Depósitos judiciais	5.806.808	4.652.255

Valores respaldados pelo jurídico e desembolsados pelo LAFEPE a espera do desfecho dos processos. Na ocorrência de desfecho favorável, serão revertidos para as disponibilidades da instituição e quando desfavorável os valores serão reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrer a decisão ou acordo judicial.

10. IMOBILIZADO

	R\$			
	2016	2015		
	Taxa Deprec.	Custo	Deprec. Acumul.	Líquido
Terrenos	-	2.395.482		2.395.482
Préd. e benefeit.	4%	31.494.949	(13.757.393)	17.737.556
Móveis, utens.				
e instalaç.	10%	4.105.278	(2.954.175)	1.151.103
Veículos	20 e 25%	1.219.342	(1.342.151)	(122.809)
Máq., equip.				
e instalaç.	-	42.370.114	(27.104.921)	15.265.193
Equip. inform.	30%	2.789.146	(2.168.818)	620.329
Biblioteca		1.004	(146)	858
		84.375.315	(47.327.604)	37.047.711
Imobilizado				
Poder de Terceiros		(838,648)		(838,648)
Obras em andamento		18.875.172		18.875.172
Total do imobilizado		102.411.838	(47.327.604)	55.084.235
O LAFEPE ainda não está aderente ao CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, que versa sobre a Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Esse pronunciamento exige que os ativos sejam testados quanto a sua recuperabilidade, e caso o valor contábil exceda o valor recuperável uma perda por desvalorização deve ser reconhecida integralmente no exercício. Em 2017 um trabalho específico de levantamento e identificação do valor recuperável será iniciado, conforme exigências das normas internacionais de contabilidade, especificamente os pronunciamentos do CPC número 27 – Ativo Imobilizado; CPC 28 – Propriedade para Investimento e CPC 31-Ativo não Circulante mantido para venda e operação descontinuada. Objetivando neutralizar o impacto tributário deste procedimento foram criadas subcontas vinculadas ao imobilizado no plano de contas da companhia, conforme preconiza a Lei 12.973/2014, para evidenciando a perda ou ganho com o ajuste destes at-				

vos, quando da descoberta do fato. Os bens pertencentes ao ativo imobilizado não foram inventariados.

11. FORNECEDORES

	R\$	
	2016	2015
Fornecedores nacionais	88.029.059	126.583.292
Fornecedores estrangeiros	253.821	253.821
Fornecedores consignados	219.428	219.428
	88.502.308	127.056.541

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	R\$			
	2016	2015		
	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Parcelamento				
Lei 11.941e 12,966	1.092.096	6.152.227	1.977.438	7.198.749
INSS		753.593		644.398
FGTS		194.029		177.371
Outras obrigações		556.702		856.435
Imposto de Renda		1.303.430		1.434.823
CSLL		711.730		762.052
	4.611.580	6.152.227	5.852.517	7.198.749

13. DIVIDENDOS

O LAFEPE adota uma política de distribuição de dividendos de 6% sobre o lucro líquido ajustado (lucro líquido do exercício deduzido da reserva legal, possíveis ajustes de exercícios anteriores, deduzido ou adicionado da constituição ou realização da reserva de contingência), conforme estabelecido no estatuto social no art. 36. No exercício de 2016 o LAFEPE efetuou o pagamento de dividendos ao seu principal acionista, o Governo do Estado de Pernambuco, no valor de R\$ 6.931.273.

	R\$	
	2016	2015
Saldo inicial em 31.12.2014 / 31.12.2015	7.781.318	7.147.206
Pagamento de dividendos em 2016	(6.931.273)	
Cálculo dos Dividendos do Exercício		
Lucro Líquido		7.065.367
(-) Constit. da Reserva de Contingência		(9.661.500)
(+) Reversão da Reserva de Contingência		13.245.051
(+) Ajuste de Exercício Anterior		295.967
(-) Reserva Legal		(353.268)
(-) Subvenção Redução 75% IRPJ		(23.085)
Base de Cálculo dos Dividendos		10.568.531
Dividendos 6% em 2015		634.112
Saldo final em 31.12.2015 / 31.12.2016	850.045	7.781.318

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	R\$	
	2016	2015
Estoque de terceiros em nosso poder	1.360.356	1.357.630
Credores para devolução	764.369	765.569
Processos cíveis	6.058.279	7.358.279
Outras contas a pagar	2.006.500	2.121.493
	10.189.504	11.602.971

15. PROCESSOS CÍVEIS E TRABALHISTAS:

O pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Portanto, seguindo as diretrizes desse pronunciamento, o LAFEPE, através de seu corpo jurídico, estabelece estimativas em relação aos desfechos dos processos, classificando-os como prováveis, possíveis e remotos. As estimativas prováveis devem ser reconhecidas como passivos e assim estão reconhecidas. As possíveis não são registradas, mas devem ser evidenciadas em notas explicativas. Posição considerada como possíveis em:

	R\$	
	2016	2015
Ministério Público do Trabalho	6.000.000	7.200.000
Processos trabalhistas	887.514	3.123.014
Fazenda Nacional		9.063.675
Outros processos cíveis e tributários	2.806.219	3.557.902
	9.693.733	22.944.591

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da companhia é de R\$ 87.989.242 (oitenta e sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil e duzentos e quarenta dois reais), dividido em 92.246.633 ações ordinárias e 3.087.395 ações preferenciais, sem direito a voto, conforme artigo 6º do estatuto social. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas terão prioridade na fruição de dividendos não cumulativos e no reembolso do capital sem prêmio. As ações não possuem valor nominal. O Estado de Pernambuco possui 95,9% das ações da Companhia.

b) Reservas de Lucros: As reservas de lucros são representadas pela reserva legal, reserva de contingência e retenção de lucros (lucros à disposição da Assembleia). Reservas de lucros foram integralmente utilizadas para absorver o prejuízo do exercício, conforme demonstrado na DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido).

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	R\$	
	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Mercado Nacional	293.162.351	455.664.784
Exportação		15.360
Outras receitas	4.773	40.523
	293.167.124	455.720.667
(-) Deduções da Receita Bruta	(17.395.649)	(23.934.632)
Receita Líquida	275.771.475	431.786.036

18. CUSTOS DAS VENDAS

	R\$	
	2016	2015
Indústria	33.635.616	41.626.949
Custo das Mercad. Revendidas – Matriz	4.102.193	1.355.747
Custo das Mercad. Revendidas – Filiais	3.169.979	4.102.036
Custo dos Prod. Terceirizados	215.311.974	345.360.414
	256.219.762	392.445.146

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$	
	2016	2015
Despesas com Pessoal e Serviços	21.354.227	16.421.889
Despesas Gerais	12.465.409	8.806.976
Despesas com Materiais	3.138.387	2.515.706
Despesas Transferidas	(8.898.944)	(7.018.578)
	28.059.080	18.725.993

20. DESPESAS COM PESSOAL

	R\$	
	2016	2015
Despesas com Pessoal	7.927.173	6.401.625
Despesas Gerais	6.995.965	5.971.534
Despesas com Materiais	1.352.905	1.147.193
Perdas estim. de Créd. de Liqui. Duvidosa	1.643.783	639.494
	17.919.826	14.159.846

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	R\$	
	2016	2015
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.003.001	7.246.641
Multas recebidas de duplicatas	-	471.643
Outras receitas financeiras	680.288	61.332
	2.683.290	7.779.616
Despesas Financeiras		
Juros SELIC	(28.753)	(543.272)
Juros SELIC Indedutíveis	(145.603)	(776.832)
Outras despesas financeiras	(166.055)	(166.329)
	(340.411)	(1.506.433)
	2.342.878	6.273.183

22. COBERTURA DE SEGUROS: O LAFEPE mantém seguros contratados julgados suficientes pela administração para cobrir os riscos ao seu patrimônio.

DIRETORIA: ROBERTO FONTELLES - Diretor Presidente; BETY CORDULA - Diretor Técnico Industrial; MARIELZA NEVES TEIXEIRA - Diretor Administrativo Financeiro; DJALMA DANTAS - Diretor Comercial; DOMINGOS SÁVIO - Diretor Institucional. CONTADOR: LIVIA MARIA OLIVEIRA COSTA - Contadora – CRC PE – 022553/O-8.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A - LAFEPE, Recife – PE, Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A - LAFEPE, as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva: a) O Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A - LAFEPE está em processo de adequação às Normas Internacionais em virtude da complexidade dos procedimentos a serem observados. Como consequência, quando da realização e conclusão dessa adequação, ajustes poderão ser gerados nas demonstrações financeiras em valores que não é possível no momento quantificar. b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 o LAFEPE ainda não está aderente ao CPC 01 (R1), que versa sobre a Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Essa CPC exige que os ativos sejam testados quanto a sua recuperabilidade, e caso o valor contábil exceda o valor recuperável uma perda por desvalorização deve ser reconhecida integralmente no exercício. Consequentemente ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais reconhecimentos de perda na realização dos fluxos de caixa destes ativos. c) Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 os bens pertencentes ao ativo imobilizado não foram inventariados. Como consequência, não tivemos condições de opinar satisfatoriamente sobre o saldo do ativo imobilizado e sua depreciação, bem como o reflexo disso no resultado do exercício. d) As informações recebidas de parte dos assessores jurídicos externos do LAFEPE sobre a situação atual dos processos judiciais, sob o seu patrocínio, contra a Companhia, estavam incompletas, uma vez que não demonstravam a avaliação da perspectiva de ganho ou perda no julgamento de cada processo, bem como os valores depositados judicialmente ou dados em garantia. Os processos judiciais correspondentes totalizavam R\$ 2.703.403, que corresponde a 102% (cento e dois por cento) do saldo das contingências, cuja totalidade ou parte desses processos não foram contabilizados ou considerados em nossa explicativa face a inexistência de prognóstico de perda provável ou possível, respectivamente. O prognóstico de perda remota não gera reflexos contábeis ou citação em nota explicativa. Assim, não temos como concluir quanto a necessidade de ajustes e quanto a adequação dos saldos em 31 de dezembro de 2016 apresentado na conta de “Processos cíveis e trabalhistas”, no Passivo não circulante, que apresenta valor de R\$ 2.647.321, bem como sobre os reflexos nas contas do Patrimônio Líquido e do Resultado do exercício e no Fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar por não ser exigida para companhia de capital fechado, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, a Demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outros assuntos - Auditoria das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício ante-

rior: As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas e cujo Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis, emitido em 25 de abril de 2016, contém ressalvas quanto aos fatos mencionados nas letras (a), (b) e (c) da seção intitulada “Base para opinião com ressalva”. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife/PE, 12 de abril de 2017.

Referencial

Marcos José Campos de Alcantara Contador - CRC-PE Nº 011.703-O Ulisses Rodrigues Peixoto - Contador CRC-PE Nº 013.867-O

PARECER DO CONSELHO FISCAL CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 100.000.000,00 CAPITAL SUBSCRITO: R\$ 87.989.242,00

Nós, Atuais Membros do Conselho Fiscal do Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes S/A - LAFEPE, examinando o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado do exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2016, com as respectivas Demonstrações Financeiras, submetidas a prévio exame da REFERENCIAL AUDITORES E CONSULTORES S/S, com base no parecer daqueles Auditores Independentes e ainda dando cumprimento às exigências legais de deliberação sobre o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, opinamos pela sua aprovação. Recife/PE, 12 de abril de 2017. EUSEBIO VERISSIMO DE SOUZA NETO - Presidente da Reunião e Presidente do Conselho Fiscal do LAFEPE; JOSÉ CARLOS GOMES VIANA - Secretário da Reunião e Membro do Conselho Fiscal do LAFEPE. CONSELHEIROS. Conselho de Administração: JOSÉ IRAN COSTA JÚNIOR - Presidente. Membros: ARISTEU DE OLIVEIRA PLÁCIDO JÚNIOR; MARCOS BAPTISTA ANDRADE; ANDRÉ GUSTAVO CARNEIRO LEÃO; GABRIEL CAVALCANTE AMORIM DE GONÇALVES PEREIRA. Conselho Fiscal. Membros: EUSEBIO VERISSIMO DE SOUZA NETO; JOSÉ CARLOS GOMES VIANA; HIROSHI TAHIRA. Suplentes: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA SALES; JURANDIR FIGUEIREDO CARNEIRO; ISAAC FREIRE CAZÉ.